



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

A HISTÓRIA E A MEMÓRIA DE UMA COMUNIDADE NEGRA ATRAVÉS DA SUA ORALIDADE

Célio Augusto de Oliveira*
(UNESP)

RESUMO

O interesse pela historiografia do sertão vem sendo retomada pelos pesquisadores desde a década de 1990, trazendo à tona assuntos como roteiros de antigas expedições, os marcos geográficos da expansão territorial, a atividades de bandeirantes. O interesse atual, também objeto deste artigo, perpassa pela valorização cultural de povoados, pessoas, escravidão negra e as rotas escravagistas, inventários em arquivos e documentos particulares... O sertão baiano, passagem para viajantes e tropeiros para todo nordeste, denuncia o intenso sistema escravista que durou mais de três séculos. As comunidades negras do sertão baiano, através da sua memória, apresentam seus elementos étnico-culturais e a sua história, por meio das suas vozes. Logo a História Oral, usada como metodologia de pesquisa, apresenta-se com a legitimidade que não desfruta no âmbito da pesquisa histórica.

PALAVRAS-CHAVE: História; Comunidade negra; História oral.

INTRODUÇÃO

O interesse pela historiografia do sertão²¹ como a concebemos atualmente, foi retomada pelos pesquisadores a partir da década de 1990²², sobre os “Caminhos

* Mestrando em História e Cultura Social, oferecida pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, sob orientação do Prof. Dr. Moacir Gigante.

E. mail: celioaugusto@ig.com.br.

²¹Para Capistrano de Abreu o sertão ganha maior significado porque está diretamente relacionado com a nossa identidade e nacionalidade. Ver: ABREU. C. Capítulos de História Colonial, 2000, PP.33-34. Veja também: CANDIDO, A. Os Parceiros do Rio Bonito. São Paulo: Ed 34, 2001.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

*antigos e povoados antigos*²³, trazendo à tona assuntos como roteiros de antigas expedições, os marcos geográficos da expansão territorial, a atividade de bandeirantes. O interesse atual, também objeto deste artigo, perpassa pela valorização cultural de povoados, pessoas, escravidão negra e as rotas escravagistas, inventários em arquivos e documentos particulares como cartas, testamentos, fotografias e objetos pessoais, mais precisamente a partir do século XVIII, período do tão sonhado “eldorado” pelos exploradores nas gerais e na Chapada Diamantina, no sertão da Bahia. Pesquisas mais recente sobre a escravidão no sertão baiano reflete o percurso e as rotas escravagistas do sertão nordestino e das capitais em direção às fazendas cafeeiras paulista no Vale do Paraíba, Sorocaba até a região de Campinas.

O sertão baiano pelo seu tamanho, sua rica vegetação, faz fronteira com o sertão de Minas Gerais, Goiás, Piauí, Pernambuco Alagoas e Sergipe, tornar-se importante por dois motivos principais: o primeiro momento, através da implantação das sesmarias, nos fins do século XVI, pelo Império Português, que precisava consolidar o processo de posse da terra, implantando as sesmarias²⁴. O segundo momento, já no século XVIII, a consolidação das fronteiras pelas bandeiras paulistas no apresamento, escravização e comercialização indígena, bem como, as rotas dos minérios e pedras preciosas que posteriormente marcaram o interior das terras brasileiras através dos pequenos povoados e as fazendas de gado sertão afora, importante fonte de renda a custos baixos. “Desde a fundação da capitania de Pernambuco os povoadores se voltam para a conquista do São Francisco. Na região da

22 SANTOS, Márcio. Estradas reais: introdução ao estudo dos caminhos e do diamante no Brasil. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001. SANTOS, Márcio. Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734. São Paulo: Edusp, 1994. Apud. NEVES, Eivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta. Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. Por Márcio Santos. Fonte: <http://www.uesb.br/politeia/v7/resenha1.pdf>

23 Idem, *ibidem*, p. 264.

24 Vale lembrar que na Bahia as sesmarias se consolidou graças a inserção do gado e o arrendamento de terras. Dois sesmeiros são importantes: Garcia d'Ávila, Duarte Dias e Miguel de Moura. Veja: CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1939 (Coleção “Documentos do Brasil”, v. 22) PP. 13 e 24.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Bahia, a criação de gado vai tomando as margens do São Francisco e povoando o território” (OLIVEIRA, 2007, p. 56), dando contorno ao mapa físico do território brasileiro.

Esta região serviu de passagem para viajantes e tropeiros, mas foi principalmente durante a fase de exploração do ouro em Minas Gerais no século XVIII, conseqüentemente, a exploração na Chapada Diamantina na Bahia, que o sertão baiano ganha mais destaque, por ser lugar de passagem em direção ao porto de Salvador, às capitanias de Sergipe, Alagoas Pernambuco e Piauí pelo Rio São Francisco.

A Bahia, Estado de maior presença afrodescendente (70%), denuncia o intenso sistema escravista que durou mais de três séculos. Esse Estado também foi palco de lutas e resistências contra esse sistema. As comunidades negras, também chamadas quilombolas, além de serem comunidades alternativas e sustentáveis, foram concretos símbolos de luta por “liberdade” e resistência, refletidas por todas as províncias.

O quilombo, como formação de grupos de escravos fugidos ou não, foi uma das formas mais típica de resistência. No Brasil, onde houve escravidão houve resistência, e o *aquilombamento* foi a forma pela qual o escravo fugido encontrava abrigo e liberdade. Segundo Reis (1996, p. 10), “esses grupos eram chamados principalmente de quilombos e mocambos e seus membros, quilombolas, calhambolas ou mocambeiros”.

As comunidades negras do sertão baiano, através de sua memória, apresentam os seus elementos étnico-culturais e a sua história, por meio das suas vozes. As práticas e narrativas que as diferenciam das demais, apontam no grupo a *reminiscência quilombola*, são apresentadas pelos seus membros através da oralidade, testemunhando o passado escravista. Essas falas são tidas como testemunho de “uma verdade”, e os elementos que apresentam são analisados como fontes de pesquisa.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Logo, a História Oral, usada como metodologia de pesquisa, apresenta-se com a legitimidade que não desfruta sempre no âmbito da pesquisa histórica.

Muitos autores apontam as dimensões positivas e negativas do uso dos relatos orais como fonte e como documentos históricos. Por isso, apresentamos a experiência da aplicação da História Oral na comunidade negra rural, chamada de *Quenta Sol*, situada no sertão de Bahia, escolhida pela sua peculiaridade em relação às demais comunidades rurais do município de Tremedal, onde está localizada, e sua semelhança em relação a algumas comunidades negras espalhadas pelo Brasil traçando um paralelo e cruzando os resultados parciais da pesquisa com as contribuições teóricas de Paul Thompson. Ainda, dialogando com autores como José Carlos Sabe Bom Meihy, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Carlos Humberto P. Corrêa, entre outros, que trataram profundamente do uso, da eficácia, dos riscos, do rigor e do significado da História Oral.

O historiador Paul Thompson (1992), no livro *A voz do Passado* aborda o método e o significado da história feita com base no uso das fontes orais. Sua obra é um mapa orientador do uso científico do relato oral como fonte de pesquisa. Thompson é um “historiador-missionário”, que sabe ouvir as pessoas e considera que toda história depende de sua finalidade social, que por vezes é obscura. São notáveis as lacunas na apresentação pública da história - os silêncios -, e Thompson acredita que por meio da história das pessoas comuns é possível dar voz a esses silêncios e compreender as mudanças que se passam na coletividade. Mas, a História Oral não é necessariamente um instrumento de mudança; isso depende do espírito com que seja utilizada. Mas pode ser um meio de transformar o conteúdo e a finalidade da história.

Maria Isaura Pereira de Queiroz (2008) diz que o relato, denominado *História Oral*, reapareceu entre as técnicas de coleta de material, dos cientistas sociais, sendo considerada “a técnica por excelência”, algumas vezes considerado a única técnica válida para contrapor as quantitativas. A autora fala em reaparecimento porque, do



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

começo do século ao início dos anos 50, a história oral foi usada por sociólogos, antropólogos, geógrafos. Sendo pouco utilizada na década de 60, ela ressurge com vigor a partir dos anos 70.

Através dos séculos o relato oral foi a maior fonte humana da conservação e difusão do saber, a maior fonte de dados para as ciências. O relato oral sempre foi uma técnica útil para registrar “o que desapareceria” por não se ter escrito em documentos ou não estar conservado. Servia para captar o não explícito ou o indizível. Em todas as épocas, a educação humana se baseou na narrativa, que oferece a transposição da experiência indizível traduzida em vocábulos (QUEIROZ, 2008).

Como explica Thompson (1992, p. 217), “toda comunidade carrega dentro de si uma história multifacetada, vida familiar e relações sociais à espera de alguém que a traga para fora”. São estas visualizações que o historiador trabalha para a montagem da história. É possível fazer a história deste ângulo, sem com isso diminuir ou mentir sobre a comunidade. Com essas observações, cremos que o trabalho fruto da História Oral pôde prestar enorme contribuição ao referido projeto de reconstrução de história de *Quenta Sol*.

O relato oral é a base da obtenção de todas as informações e antecede outras técnicas de obtenção e conservação do saber. A transmissão diz respeito ao passado mais longínquo e ao passado recente. Refere-se ao legado dos antepassados e a comunicação da ocorrência próxima no tempo (QUEIROZ, 2008).

A preocupação em delimitar com precisão o que significa *História Oral*, sobretudo no conjunto de expressões como *oralidade* e *fontes orais*, estão presentes no *Manual de História Oral*, de José Carlos Sebe Bom Meihy (2002, p.16), para quem “nem tudo que é oral e gravado remete ao campo da história oral”. Segundo o autor, a “história oral” é um procedimento metodológico usado para elaboração de documentos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Trata-se de uma



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

prática prescrita em enquadramentos específicos e pela existência de um projeto²⁵. Já a “oralidade” é o conjunto amplo de expressões verbais e manifestações sonoras do homem, não gravadas ou registradas mecanicamente, como o são as “fontes orais”, estas sim, coletas e registros destinados ao arquivamento, à pesquisa ou ao estudo.

Carlos Humberto P. Corrêa (1978) estabelece uma diferença entre “fontes históricas” e “fonte de história oral”. As *fontes históricas* em geral estão divididas em plásticas, escritas e orais. As últimas são transmissões de fatos, de geração em geração, que por suas características não são transmitidos intencionalmente para a própria preservação, pois objetivam somente seu conhecimento imediato, e por isso sofrem transformações ao longo do tempo.

Ao contrário, a *fonte de história oral* é caracterizada pela intencionalidade e pela preservação do caráter literal da informação. Os *documentos de história oral* completam a documentação existente, e constituem um material que não tinha sido escrito, sendo diferente dos demais por causa da sua intencionalidade. O objetivo da história oral é preparar documentos gravados e transcritos para serem utilizados pelos pesquisadores do futuro, e por isso tivemos acesso aos relatos dos moradores de *Quenta Sol*, colhidos entre os anos 2005 e 2008²⁶.

Segundo Corrêa (1978), a *História Oral* é a designação dada ao conjunto de técnicas utilizadas na coleção, preparo e utilização de memórias gravadas para servirem de fonte primária a historiadores e cientistas sociais. O autor se refere à *História Oral* sempre como técnica, e explica que a sua importância e reconhecimento

25O projeto em História Oral “prevê: planejamento da condução das gravações; transcrição; conferência da fita com o texto; autorização para o uso; arquivamento...” Apresentação dos resultados no grupo que gerou as entrevistas e publicação (MEIHY, 2002, p.14).

26 O documento extraído do exercício da técnica de história oral - a sua transcrição e não a gravação original (que é documento primário) - está incluído nas fontes escritas ou impressas. Um conjunto de entrevistas de História Oral não é considerado na sua perspectiva quantitativa, mas completa-se entre si com várias informações, em função de vivências pessoais distintas e pontos de vistas diferentes sobre o mesmo fato (CORRÊA, 1978).



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

se devem a falta de documentação escrita, o que torna legítima a obtenção de outros tipos de fontes.

Trata-se, portanto, de um rico recurso de levantamento documental a partir de *memórias* valiosas para a história local e global. Por exemplo, as pessoas entrevistadas na comunidade de *Quenta Sol*, certamente não teriam condições de deixar escrito ou gravado o testemunho de suas experiências e vivências em acontecimentos relevantes da vida regional ou nacional.

O documento escrito existe como necessidade de um registro formal, sua forma é reduzida e seus termos impessoais. Mas, o autor alerta que “as memórias escritas, as memórias que tanto material forneceram ao historiador, este tipo de documento literário está para acabar”, e por conta disso “podemos vislumbrar para o futuro uma falta cada vez maior de documentos pessoais que forneça elementos ao historiador que pretenda reconstruir esse presente não somente através de documentos oficiais” (CORRÊA, 1978, p.15).

A lacuna que se anuncia pode ser preenchida pela História Oral, registrando memórias de pessoas vivas que servem de documento para o futuro, principalmente na América Latina onde as culturas não costumam escrever suas próprias memórias. A História Oral permite ainda apreender as práticas laborais, artísticas, artesanais, folclóricas; todo arcabouço de representações e simbolizações; os ritos e os mitos... Todas estas manifestações que caracterizam as comunidades negras rurais do sertão baiano, e que por sua vez são semelhantes àquelas encontradas em outras comunidades no Brasil. A historiografia oral permite ao historiador a “*construção de fontes*” (Monteiro, 1994), é a própria “*história em construção*” (Nunes, 1991). Esta ousadia possibilita ao historiador oral o trabalho com discursos de pessoas de diferentes classes sociais, proporcionando aprender as vozes do povo “sem história” reconhecendo que a história oral é instrumento dos mais adequados para preservar a memória dos esquecidos socialmente.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Na aplicação da História Oral, “o trabalho de campo, para ser bem-sucedido, exige habilidades humanas e sociais ao trabalho com os informantes (...)” (THOMPSON, 1992, p. 217). A abordagem na comunidade de *Quenta Sol* teve apoio dos seus representantes, conhecidos por “animadores”, que acolheram e aceitaram fazer os contatos com os moradores que contribuiriam para a realização da pesquisa de campo. As entrevistas tiveram início em 2005 primeiramente com as pessoas mais experientes da comunidade, que estavam com idade entre 65 e 103 anos. Feitas as entrevistas, seguiu-se às transcrições. Os textos e cópias das gravações foram entregues à comunidade, sob os cuidados dos presidentes e representantes das Associações.

Os elementos étnico-culturais extraídos das narrativas compuseram um perfil da comunidade compatível com o perfil de outros grupos reconhecidos como *remanescentes de quilombo*. Se a pesquisa realizada com o uso do método da História Oral, segundo a compreensão de Thompson, comprova a origem afro-descendente e escrava de diversas comunidades, podemos afirmar que a História Oral é eficiente como método, pois a oralidade expressa nos testemunhos e narrativas de memória são fontes documentais confiáveis para a pesquisa histórica. A História Oral é, portanto, capaz de preencher lacunas com informações que não encontramos nos aparatos documentais.

A partir daí surgiram questões relacionadas à *evidência*, de que trata Thompson, ao considerar que numa pesquisa se devem exigir, além de fala, outros documentos a serem cruzados, como: fotos, cartas, documentos de cartório, fatos físicos etc. Thompson (1992, p.139) considera que seja preciso verificar a fundo a existência dos documentos, ou seja, do contexto histórico, de como tal documento passou a existir, qual o objetivo ao escrevê-lo: “buscar a consistência interna, procurar confirmação em outras fontes, e estar alerta quanto ao viés potencial”.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Enfim, o autor reconhece que os materiais da fonte oral, obtido por meio de entrevistas gravadas, trazem uma representação social dos fatos e estão sujeitos a pressões sociais do contexto em que são obtidos; do mesmo modo que acontece com documentos escritos. Mas, apesar das suas limitações, esses testemunhos não perdem a sua importância como fato histórico.

Nas análises das entrevistas dos dez moradores de *Quenta Sol* percebe-se uma fidelidade no contexto das falas, perdendo apenas para as questões de datas ou algumas falas que precisam ser confrontadas. O que precisa ser aprofundado são as buscas de provas documentais oficiais escritas para que, a partir da oralidade, dos testemunhos da comunidade, possa-se ter uma noção específica e até mesmo generalizada da comprovação das fontes documentais. Cremos que, com este entendimento, pode-se reconstruir a história de comunidades por meio da sua *memória*, fazendo um cruzamento comparativo e fortalecendo a confiabilidade do trabalho histórico.

Maurice Halbwachs (1990), com a sociologia da *memória coletiva*, nos diz que à memória coletiva se confere o atributo de atividade natural, espontânea, desinteressada e seletiva, que liga o passado ao presente. Sendo, sobretudo oral e afetiva, a memória ganha uma multiplicidade de narrativas, enquanto que a história é uma atividade da escrita, organizada, sistematizada e com muitas lacunas.

Não pretendemos aqui analisar a discussão sobre o conflito existente entre memória e história, provocada por Pierre Nora (1984, p. 11-47), ao afirmar que “memória e história: longe de serem sinônimas, tomamos consciência de que tudo as opõe”. Percebemos na prática que memória e história passaram a ser interdependentes, mesmo que isso seja uma contradição na concepção de Nora. Na atualidade, a memória não sobrevive sem a escrita historiográfica, e se realmente é o fim das sociedades-memórias, a ciência historiográfica acaba sendo, muitas vezes, a única forma de registro da memória.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

O uso da História Oral se aplica onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes. Se pensarmos na memória de uma comunidade negra num contexto histórico de discriminação racial e desigualdade sócio-econômica, onde famílias tradicionais se alternam no poder político-administrativo e, através desse poder, registram a sua versão da história, podemos compreender o caráter da memória que buscamos.

A análise da memória coletiva, feita por Maurice Halbwachs (1990), enfatiza os diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória. Esse autor não vê na memória coletiva uma imposição ou alguma forma específica de dominação, antes, ele acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, ao reforçar a coesão social pela adesão afetiva ao grupo, não pela coerção.

Ao contrário de Maurice Halbwachs, Michael Pollak (1989) aponta o caráter uniformizador e opressor da memória coletiva nacional ou oficial, e defende as “memórias subterrâneas”, que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível, aflorando em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. Nesse sentido, Pollak nos ajuda na busca das dimensões de lembranças e esquecimentos que compõe a memória que nos interessa conhecer.

Como a pesquisa a qual nos referimos privilegia a análise de um grupo historicamente excluído, marginalizado, conhecido por ser uma minoria, apontamos como legítima a História Oral, método que atribui importância às “memórias subterrâneas” que, como explica Pollak, é parte integrante das culturas minoritárias e dominadas e são opostas à “memória oficial”.

O trabalho de pesquisa com a História Oral torna possível um julgamento muito mais imparcial: as testemunhas podem, agora, ser convocadas também de entre as classes subalternas, os desprivilegiados e os derrotados. Isso propicia uma reconstrução mais realista e mais imparcial do passado, uma constatação ao relato



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

tido como verdadeiro. “Ao fazê-lo, a história oral tem um compromisso radical em favor da mensagem social da história como um todo” (THOMPSON, 1992, p. 26).

No dizer de Thompson (1992, p. 102) “um texto histórico baseado exclusivamente em fontes não documentais, digamos, a história de uma comunidade africana, pode ser mais superficial menos satisfatória do que outras, extraídas de documentos, mas é história do mesmo jeito”. O modo seguro, portanto, é combinar oralidade com estudos historiográficos, dois elementos que, a nosso ver, transmitem um significado e novos olhares que não fragmentam, mas se juntam para falar de um objeto, que pode ser pesquisado de vários modos. Isto sem perder a sua originalidade, assegurando a sua confiabilidade²⁷.

Através de uma linguagem precisa e um novo jeito de abordar a formação dos quilombos, de comunidades negras rurais, e as condições de vida dos escravos e forros do sertão baiano, alguns autores evidenciam as condições humilhantes dos negros em todas as fases e contextos históricos; mas também as lutas e solidariedades entre esses sujeitos sociais²⁸. São ambivalências vistas de dentro, vividos pelos sujeitos históricos, com os quais temos a oportunidade de contato e diálogos²⁹.

27 O método de combinar a pesquisa documental com o depoimento dos quilombolas tem sido adotado em estudos recentes, como um recurso válido para as investigações sobre os antigos quilombos que, de alguma forma, estabeleceram laços com os quilombos contemporâneos, como no caso do Calunga, em Goiás, narrado por Reis, relatando “que uma minoria (quilombola) conseguiu evitar a repressão e a recaptura, formando pequenas comunidades que perduram até o presente” (REIS, 1989, p. 258).

28 Maria de Fátima Novais Pires (PIRES, 2003), em *O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888)*, por meio de pesquisas nos processos-crime e inventários, reconstituiu as condições de vida e de trabalho de escravos e forros, nas regiões de Caetitê e Rio de Contas no alto sertão da Bahia, em todo período do século XIX, sobretudo, adentrando no cenário pós-abolição, apontando as condições de vida que muitos ex-escravos tiveram que enfrentar.

29 Um outro trabalho de história oral, do historiador Charles D’Almeida Santana, *Fatura e Ventura Camponesas: trabalho, cotidiano e migrações: Bahia 1950-1980*, nos ajuda a compreender as relações e as representações sociais do campo a partir de testemunhos orais, trabalhando a memória que emerge na voz, nos gestos, nas expressões fisionômicas (SANTANA, 1998).



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Por terem se constituído comunidades relativamente independentes, após a abolição brasileira de 1888, essas comunidades negras puderam ser estudadas de dentro. Os objetos de trabalho, as plantações, a alimentação, as festas religiosas, as construções de casas e a oralidade, memória ainda viva de seus descendentes, constituem valiosos instrumentos de pesquisa.

No sertão baiano, as práticas violentas do mandonismo, do clientelismo e da violência política, nos fazem compreender como foi o trato com os negros durante o regime de escravidão e depois com os ex-escravos pertencentes ou não a comunidades negras. A historiadora Isnara Pereira Ivo (2004), na obra *O Anjo da Morte contra o Santo Lenho: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia*, apresenta o auge dessa violência numa luta ocorrida em 1895, entre membros de uma mesma família, chefes políticos de Vitória da Conquista.

O trabalho de Ivo nos ajuda a compor e analisar o cenário urbano e rural da vivência da maioria da população negra. São inúmeras as pesquisas em comunidades rurais e urbanas por todo Brasil, descobrindo que muitas delas surgiram a partir de agrupamentos de escravos e ex-escravos refugiados, agrupamentos também considerados áreas de quilombo, que denominamos *Comunidades Remanescentes de Quilombos*. Muitas vezes, locais de difícil acesso, com carências materiais de toda ordem e pessoas excluídas dos direitos básicos que dão ao indivíduo o caráter de cidadão.

Nas duas últimas décadas a questão dos movimentos negros no Brasil vem ocupando importantes espaços de debate, reflexão e elaboração de políticas públicas. A busca pelo reconhecimento das comunidades negras tem um sentido intelectual de pesquisa e registro histórico, a fim de promover a cidadania, com a garantia de direitos que foram historicamente negados.

Estudos sobre os quilombos e outras organizações negras, realizados até o presente momento, vem acompanhado de vários enfoques mais abrangente sobre os



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

diferentes tipos de formações que aconteceram no Brasil, especificamente no sertão que possibilitou a demarcação do território brasileiro. Atualmente, muitas pesquisas e revisões sobre a historiografia do sertão e os processos de colonização vêm ajudando a compreender o cenário vivido pelos negros durante a escravidão, possibilitando estudos mais aprofundados do pós-abolição por meio das mais variadas formas de documentação, quais sejam os registros documentais, fotografias, cartas, objetos, instrumentos de trabalho, moradia e sobretudo os depoimentos orais. Isso tem nos ajudado sobremaneira a nossa pesquisa, a fim de destacar não só pela cor da pele, mas os que os diferencia dos demais grupos, e qual é o seu valor para a historiografia como um todo.

Diante dessas considerações, o que nos interessa reafirmar é a importância da História Oral como método de pesquisa utilizado para adentrar na história desta e de outras comunidades. Um meio usado para reconstruir a história a partir de uma ancestralidade que se manifesta através de costumes e tradições, pouco compreendidas ou valorizadas. Um minucioso trabalho que permite perceber o valor da memória coletiva e individual, sobretudo o seu fortalecimento pela identidade e pela preservação da comunidade.

REFERÊNCIAS

- CORRÊA, Carlos Humberto P. *História oral: teoria e prática*. Florianópolis: UFSC, 1978.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.
- IVO, Isnara Pereira. *O Anjo da Morte contra o Santo Lenho: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia*. Vitória da Conquista: Ed. Uesb, 2004.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 4ª.ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.
- _____. *A colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica*. São Paulo: Ed. Nova Stella, 1990.
- NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. Revista I *La République* (p. XVIII-XLII), Paris: Ed. Gallimard, 1984 – Trad.: Yara Aun Khoury.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

- NUNES, Clarice, (1991). *Uma história em construção*. In: ANPED. *Documento de discussão de balanço de gestão* (mimeo). Apud. Revista Brasileira de Educação – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (jan.-abr., nº 019). *Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT da educação da ANPED*. São Paulo, 2002, pp. 113 – 128.
- OLIVEIRA, Marcela Marrafon de. *Paquequer, São Francisco e Tietê: as imagens dos rios e construção da nacionalidade*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2007.
- PIRES, Maria de Fátima Novais. *O crime na cor: escravos e forros no alto do sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Ed. Annablume/ FAPESP, 2003.
- POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1998.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Relatos Orais: do “indizível” ao “dizível”*. In: LUCENA, Célia Toledo; CAMPOS, M. Christina Siqueira de Souza; DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri (org.). *Pesquisa em Ciências Sociais: olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. São Paulo: CERU, 2008. p. 35 a 77
- REIS, João José e Eduardo Silva. *Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1989.
- REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1996.
- SANTANA, Charles D’Almeida. *Fatura e ventura camponesa: trabalho, cotidiano e migrações: Bahia 1950-1980*. São Paulo: Ed. Annablume, 1998.
- THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1992.